

ANÁLISES DE EXPERIÊNCIAS COLABORATIVAS NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO CONTRIBUINDO COM O APOIO A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Clarissa Raimundo de Ataíde¹ – Unifesspa

clarissa.ataide2705@gmail.com

Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo² - Unifesspa

luceliaccr14@gmail.com

Agência Financiadora: UNIFESSPA/PNAES

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Indicar eixo temático conforme aprovação do projeto

1. INTRODUÇÃO

O projeto Análises De Experiências Colaborativas No Atendimento Educacional Especializado Contribuindo Com o Apoio a Inclusão Escolar De Alunos Público Alvo Da Educação/ PIBIC UNIFESSPA, teve seu início no ano de 2018, e teve prosseguimento no ano de 2019 com a substituição de bolsista.

O estudo abrange a identificação de demandas da prática de professores ao mesmo tempo em que intervém na colaboração com o planejamento e atuação de professores do AEE juntamente com os docentes do ensino comum.

A educação inclusiva no Brasil, é uma política em curso delineada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996) que exige a transformação dos sistemas de ensino na perspectiva da educação inclusiva, lançou direcionamento para a implementação do atendimento educacional especializado- AEE em todas as modalidades e etapas de ensino. Esse contexto, tem provocado preocupações por parte do professorado que atua no ensino comum e no AEE. Este estudo, objetivou identificar demandas oriundas do trabalho pedagógico de cada um, ao mesmo tempo via pesquisa colaborativa, visou oportunizar um espaço de interação entre os dois profissionais de modo a pensar o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação com mais qualidade.

A proposta central era de realizar intervenções que fornecesse contribuições aos alunos público alvo da educação especial. Ressaltando em encontros de pesquisa e formação, a importância do apoio colaborativo entre os professores para assim desenvolverem um processo de escolarização, ensino e aprendizagem com eficácia para essas pessoas com deficiência dentro do ensino comum. É necessário que, procuremos meios de conhecer as principais dificuldades dos profissionais da área da Educação Especial Especializada, para que através de pesquisas colaborativas, contribuir com seu trabalho pedagógico no processo de ensino aprendizagem das crianças, jovens e adultos que frequentam as Salas de Recursos Multifuncional SRM.

O estudo oportunizou diálogos com os docentes no sentido de contemplar algumas de suas demandas no desenvolvimento de seu trabalho pedagógico. E nesse contexto, refletir, planejar e avaliar serviços em educação especial que viesse na forma de apoios no processo de escolarização de alunos com deficiências.

¹ Clarissa Raimundo de Ataíde. Graduanda em Educação Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

² Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo. Doutora em Educação Especial/PPGEES/UFSCAR - Professora Titular Adjunta da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FACED/ICH/Unifesspa). Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica da UNIFESSPA

2. MATERIAS E MÉTODOS

O estudo se enquadra em um método qualitativo, na qual Bogdan e Biklen (1994) descreve a abordagem qualitativa como uma pesquisa que tem por intuito descrever ambientes sociais, para a realização do mesmo, destaca-se a exploração de dados descritivos. Nesse contexto a pesquisa do tipo colaborativa foi adotada partindo da identificação de demandas dos professores, tanto do AEE quanto do ensino comum, para trabalharem de modo articulado na promoção da inclusão escolar de seus alunos público alvo da educação especial.

O pesquisador tem o papel de mediador, ficando responsável por organizar e intercambiar ideias, fortalecendo o apoio mútuo entre os pares e encorajando os professores a participarem do processo dialógico. Os partícipes compartilham significados, sentidos, questionam ideias, concordam ou discordam das opiniões de seus companheiros, apresentando suas razões e opções e aceitando responsabilidades durante todo o percurso do trabalho colaborativo (IBIAPINA, 2008, p. 72).

Os participantes da presente pesquisa foram os professores do atendimento educacional especializado de escolas públicas municipais e estaduais, bem como, os professores do ensino comum de escolas públicas municipais e estaduais e os alunos com deficiência intelectual e transtorno do espectro autista.

Assim a pesquisa, estruturou-se em quatro etapas: 1- Procedimentos éticos e caracterização geral da educação no município; 2- Caracterização das escolas e professores e alunos participantes, 3 – Sessões de acompanhamento do trabalho pedagógico desenvolvido em sala de aula, realização de grupo focal para a identificação dos potenciais para o ensino colaborativo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o estudo foi possível identificar algumas demandas relacionadas à organização do plano de atendimento educacional especializado, pois as professoras se ressentem de não ter um espaço de tempo maior para planejar de forma articulada com os professores do ensino comum que atuam na escolarização do aluno público alvo da educação especial. Existem vários materiais didáticos que precisam ser potencializados em seu uso em prol da escolarização dos alunos. Há uma necessidade de oferta de espaços de formação que melhor aborde a proposta de ensino colaborativo como uma alternativa de prestação de serviço em educação especial de forma conjunta: professor do AEE e professor do ensino comum. Assim seria possível propor e desenvolver estratégias didáticas nas quais todos os alunos se beneficiasse do ensino. Houve demandas com os seguintes perfis de alunos: transtorno do espectro autista, deficiência intelectual e alunos com surdez. Houve encontros formativos para diálogos acerca dos desafios e propostas de intervenção com esses alunos. Há demandas por produção de materiais didáticos acessíveis, os quais necessitam dessa mediação e trabalho em parceria dos professores do AEE e ensino comum, que venha qualificar o processo de escolarização de alunos público alvo da educação especial no ensino fundamental e médio de escolas públicas de Marabá.

Assim identifica-se algumas das demandas do professor que atua no AEE, como a falta de condições essenciais para prestar apoio a inclusão escolar de forma colaborativa com o professor do ensino comum, que em alguns casos, questiona direitos básicos de estar na escola regular, problematizando a falta de condições que não é ofertada pelos gestores. Na fala do professor “L”, é atribuído a outros sujeitos o papel de incluir o aluno com deficiência. Nesse caso, é salutar reconhecer, que a responsabilidade também é do professor do ensino comum. Nesse sentido, é preciso pensar espaços de formações que esclareça os diferentes papéis de todos no processo de inclusão escolar.

A Educação Inclusiva representa uma aposta pela igualdade e a não discriminação ao garantir para todos, igualmente, o acesso à educação, à participação e à igualdade de deveres e direitos, diminuindo diferenças e contribuindo para a eliminação de preconceitos, esse é um processo que se desenvolverá a partir de desafios a fim de satisfazer as necessidades de aprendizagem de todos os educandos em escolas de ensino regular. Apesar dos resultados positivos relacionados ao projeto, existe uma distância muito grande entre as intenções e os fatos, e essa tarefa só pode ser cumprida à medida em que considerarem a escola como parte integrante, da sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante que o AEE esteja articulado com as propostas pedagógicas do ensino comum, tendo em vista a relevância desse atendimento que atua de forma complementar e/ou suplementar ao ensino regular, dessa forma, o AEE deve constar no Projeto Político Pedagógico da escola, sendo uma ação de toda a comunidade escolar e não uma ação isolada do professor especializado, no entanto, é sempre bom salientar a importância da articulação do trabalho do professor do ensino regular e do professor do AEE, tendo em vista que ambos trabalham com o mesmo aluno.

Ressaltando ainda que, para que a educação inclusiva ocorra é necessário que se tenha consciência de que ela não acontece sozinha, é dever da escola estar pronta a garantir as condições necessárias para o desenvolvimento do ser, vencendo barreiras, superando preconceitos e valorizando as potencialidades dos alunos, o estudo tem como justificativa a oportunidade de reflexão na busca de tornála acessível a todos, cientificamente o estudo proporcionou a superação de lacunas e o aprofundamento do conhecimento na área da educação inclusiva.

Com a pesquisa, foi possível dialogarmos a partir das demandas que se apresentam nas escolas, sobre o trabalho do AEE como apoio a inclusão escolar de alunos com deficiência no ensino comum e assim projetar ações extensionistas que se alinham a pesquisas de intervenção na promoção de processos de formação em serviço de professores.

REFERÊNCIAS

IBIAPINA, I. M. L. M.; FERREIRA, M. S. A pesquisa colaborativa na perspectiva sócio histórica. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade**. Teresina, n. 2, p. 26-38. jan./jun. 2005.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dez de 1996**. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em 20 de abril de 2010.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto Editora, 1994.